



**TJPR**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARANÁ

## **BOLETIM INFORMATIVO CEVID**

Edição nº7 *2021*

# SUMÁRIO

## **JULHO 2021** **7**

PÁGINA WEB DA CEVID/TJPR É REFORMULADA 8

CEVID/TJPR E PUC-PR INICIAM TRATATIVAS PARA AMPLIAÇÃO DE  
PARCERIAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 9

PROMOVIDO O ESPAÇO DE FALA "MULHERES INDÍGENAS DEBATEM:  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ACESSO À JUSTIÇA" 11

## **AGOSTO 2021** **13**

COORDENADORA DA CEVID/TJPR PARTICIPA DO  
PODCAST DESCOMPLICADO 14

MAGISTRADA INTEGRANTE DA CEVID/TJPR PARTICIPA DO PODCAST  
"CONVERSA COM O MP" 16

INICIADO CICLO DE PALESTRAS DE COMBATE  
AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL 18

CEVID/TJPR PARTICIPA DA XV JORNADA LEI MARIA DA PENHA 19

REALIZADA 18ª EDIÇÃO DA SEMANA NACIONAL DA  
JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA 21

LANÇADA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/TJPR 23

PROMOVIDA 2ª ETAPA DO CICLO DE PALESTRAS SOBRE  
ASSÉDIO MORAL E SEXUAL 25

RELANÇAMENTO DO GUIA DE GRUPOS REFLEXIVOS  
PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 26

CEVID/TJPR E EMAP PROMOVEM O 1º WEBINÁRIO DE  
GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 28

CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTO PROMOVIDO PELO  
2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE LONDRINA 29

CEVID/TJPR E EJUD REALIZAM EVENTO DE APRESENTAÇÃO DO  
FORMULÁRIO DE RISCO AOS/ÀS MAGISTRADOS/AS E SERVIDORES/AS 31

VICE-COORDENADOR DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTO  
DE ENCERRAMENTO DA PAZ EM CASA PROMOVIDO PELO CONSELHO  
DA COMUNIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 32

## **SETEMBRO 2021** **34**

CEVID/TJPR CRIA CANAL NO YOUTUBE PARA DIVULGAÇÃO  
DE EVENTOS E PROJETOS 35

VERSÃO ELETRÔNICA DO FORMULÁRIO DE RISCO RECEBE  
APRIMORAMENTOS E JÁ ESTÁ DISPONÍVEL PARA TODO O  
ESTADO DO PARANÁ 36

CEVID/TJPR E SEJUF PROMOVEM AÇÕES E PARCERIAS PARA ESTIMULAR  
A CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA MULHER 39

CEVID/TJPR ESTÁ EM TRATATIVAS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO VISANDO À  
CONSCIENTIZAÇÃO E SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, POR MEIO  
DE AÇÕES DESTINADAS A POTENCIALIZAR AÇÕES DE EMPREGABILIDADE  
DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE 42

# MENSAGEM INICIAL

A presente publicação corresponde à terceira edição referente ao ano de 2021 do Boletim Informativo da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. As ações a seguir apresentadas referem-se ao período de julho a setembro, abrangendo iniciativas de combate e prevenção da violência contra a mulher em nível estadual e nacional, promovidas por esta Coordenadoria ou das quais esta CEVID participou.

Dentre as diversas iniciativas empreendidas, destaca-se a realização, no dia 28 de julho, do Espaço de Fala com o tema: “Mulheres indígenas debatem: violência doméstica e acesso à Justiça”, destinado a promover o diálogo com esse segmento da população para fornecimento de informações e escuta de demandas relativas ao atendimento aos casos de violência contra a mulher nessas comunidades.

Ainda, no mês de agosto, por ocasião da 18ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, foram promovidos — conjuntamente com instituições e órgãos parceiros — diversos eventos e ações voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e do atendimento institucional aos envolvidos em situações de violência doméstica e familiar, como também para sensibilização e conscientização da comunidade e ampliação do acesso à Justiça. Dentre eles, destacam-se: o lançamento da Revista Eletrônica da CEVID; o evento “Violência e Assédio Sexual nas relações de trabalho”; o relançamento do Guia de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica e abordagem sobre a importância do mapeamento da rede de atendimento no Estado; o 1º Webinar de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica; e a apresentação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco para Magistrados/as e servidores/as do TJPR.

A atuação desta CEVID — relacionada às esferas preventiva, assistencial e jurisdicional — se dá por meio de uma gestão descentralizada, composta pela Desembargadora signatária, pelo Juiz Vice-Coordenador da CEVID Doutor

Marcos Antônio/ da Cunha Araújo e pelos demais Magistrados e Magistradas integrantes e colaboradores/as, com o assessoramento de equipe de apoio jurídico-administrativo e psicossocial, formada por servidores/as e estagiárias de pós-graduação em Direito e Psicologia. Esse trabalho colaborativo — particularmente neste momento pandêmico — tem permitido uma atuação mais especializada e abrangente, consentânea com as múltiplas demandas relativas ao enfrentamento da violência de gênero nas distintas Comarcas do Estado. De igual forma, o apoio e participação de toda a Cúpula Diretiva deste Tribunal de Justiça têm sido crucial a fim de assegurar o alcance e a efetividade das ações desta Coordenadoria, demonstrando o comprometimento e engajamento do Poder Judiciário paranaense na promoção e defesa dos direitos da mulher. Por fim, cabe salientar a cooperação e o diálogo constantes com os demais entes integrantes da rede de atendimento à mulher vítima de violência — Defensoria Pública, Ministério Público, Polícias Civil e Militar, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretarias Estaduais e Municipais, Conselhos da Comunidade e dos Direitos da Mulher, entre outros órgãos —, fundamental para propiciar uma atuação conjunta e articulada que possibilite oferecer atendimento integral e especializado aos envolvidos em situações de violência doméstica e familiar, bem como o aprimoramento na coleta de dados estatísticos e na implementação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento desses crimes.

Dessa forma, agradecemos o apoio recebido e colocamo-nos à disposição de todos e todas para unirmos esforços em prol desta importante causa que é a promoção da igualdade de gênero, bem como de uma vida digna e sem violência para as famílias paranaenses.

Cordialmente,

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço

*Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência  
Doméstica e Familiar.*

# JULHO 2021

# PÁGINA WEB DA CEVID/ TJPR É REFORMULADA

Neste segundo semestre de 2021, a CEVID — com o apoio dos Departamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e de Comunicação e Cerimonial (DCC) — realizou importantes melhorias na página web da Coordenadoria.

Com novo layout e conteúdo reformulado, o site da CEVID reúne diversas informações de interesse e relevância sobre a temática da violência contra a mulher, incluindo orientações específicas voltadas à vítima e ao autor de violência (acerca das formas de violência, do acesso aos canais de denúncia e aos serviços de proteção e assistência etc.), notícias, dados estatísticos, entre outras.

A reestruturação promovida teve como objetivo ampliar e facilitar o acesso às informações por parte da população, bem como dar maior destaque e visibilidade aos serviços disponíveis no Estado do Paraná para atendimento a todos os envolvidos em situações de violência doméstica e familiar. A página está em constante aprimoramento e é alimentada periodicamente, garantindo a disponibilização de informações atualizadas quanto a alterações legislativas, à criação de novos programas e serviços, ao registro dos dados estatísticos mais recentes, entre outras.

A página web da CEVID pode ser acessada a partir do site do TJPR — [www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br) —, por meio do botão “CEVID - Violência Doméstica”, localizado no Menu Superior “Serviços”, subtópico “Cidadão”, e também no Menu Superior “Institucional”, subtópico “Estrutura”. Ainda, pode ser acessada diretamente por meio do seguinte link:

<https://www.tjpr.jus.br/web/cevid>

# CEVID/TJPR E PUC-PR INICIAM TRATATIVAS PARA AMPLIAÇÃO DE PARCERIAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No dia 21 de julho, foi realizada reunião virtual entre representantes da CEVID/TJPR e do Núcleo de Práticas Jurídicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), para tratativas visando à celebração de convênio para ações conjuntas relativas aos atendimentos nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O TJPR promove parcerias com universidades,



faculdades e outras instituições de ensino superior, para atuação dos alunos dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social nos atendimentos aos envolvidos em situações de violência doméstica, prestando orientações e realizando intervenções determinadas pelo/a Juiz/a no decorrer do processo. Essas parcerias ocorrem por meio de projetos de extensão, sob supervisão de servidor/a do Quadro do TJPR e de representante da instituição de ensino. A CEVID atua como intermediadora, auxiliando o/a Magistrado/a e as equipes psicossociais na seleção dos processos que deverão ser encaminhados para as universidades.

A PUC-PR já realiza outros projetos em parceria com o Tribunal de Justiça, incluindo a condução de grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, em Curitiba, sob a coordenação da servidora do TJPR psicóloga Maria Raquel Diz Muniz, que atua no Setor Psicossocial de Atenção à Violência Doméstica e Familiar (SEPAVI).

A cooperação com o Núcleo de Práticas Jurídicas será um importante reforço para a atuação na esfera jurisdicional, especialmente no que se refere à garantia do direito da vítima a assistência judiciária, conforme previsto na Lei Maria da Penha.

## PROMOVIDO O ESPAÇO DE FALA “MULHERES INDÍGENAS DEBATEM: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ACESSO À JUSTIÇA”

No dia 28 de julho, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR, a Escola Judicial do Paraná – EJUD/PR, o Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero – NUPIGE/MPPR, o

Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher – NUDEM/DPEPR e a Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero – CEVIGE/OABPR promoveram Espaço de Fala com o tema:

“Mulheres indígenas debatem: violência doméstica e acesso à Justiça”, com transmissão pelo canal da EJUD TJPR no YouTube.

O evento teve como objetivo o debate sobre a promoção e defesa dos direitos das mulheres indígenas e sobre a violência de gênero à população indígena, a fim de discutir os desafios enfrentados no atendimento institucional nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito dessas comunidades, de modo a buscar soluções adequadas às situações apresentadas.

A iniciativa contou com a participação das convidadas Amauê Jacintho, da etnia Guarani Nhandeva, e Nyg Kuitá, da etnia Kaingang, bem como com exposições da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID; do Procurador de Justiça Coordenador do CAOP de Proteção aos Direitos Humanos, Olympio de Sá Sotto Maior Neto; da Promotora de Justiça Coordenadora do NUPIGE, Ana Carolina Pinto Franceschi; do Promotor de Justiça Coordenador do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-racial – NUPIER, Rafael Osvaldo Machado Moura, da defensora Pública Coordenadora do NUDEM, Livia Martins Salomão Brodbeck e Silva; e da advogada Presidente da CEVIGE, Helena de Souza Rocha.

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=pHKP5uz0-k0>

# AGOSTO 2021

# COORDENADORA DA CEVID/TJPR PARTICIPA DO PODCAST DESCOMPLICADO

No dia 2 de agosto, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, participou do Podcast Descomplicando, para prestar esclarecimentos acerca da aplicação da Lei Maria da Penha e do funcionamento do protocolo de atendimento aos casos de feminicídio.

O Podcast Descomplicando, produzido por Angélica Cardoso, Barbara Teles e Karlline Cordeiro, tem como missão falar sobre Direito e alertar sobre temas importantes, em linguagem acessível e trazendo uma abordagem simplificada, que se encaixe no cotidiano de todas as pessoas.

O Protocolo contra o Feminicídio foi elaborado para unificar e padronizar as ações de combate à violência doméstica e familiar, conforme as Diretrizes Nacionais de Feminicídio para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres — implan-

tadas em 2016, pelo Escritório da ONU Mulheres no Brasil, em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. O Protocolo contra o Feminicídio foi lançado no dia 24 de junho de 2021, em evento organizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), contando com a participação de diversas instituições envolvidas no atendimento à violência contra a mu-

lher. O intuito desse documento é contribuir de forma significativa como instrumento prático para a construção de ferramentas voltadas à resolução de tais crimes, proporcionando, de forma objetiva e construtiva, a uniformização das formas de atendimento às vítimas e o alinhamento da atuação dos órgãos envolvidos.

Link de acesso ao episódio do Podcast sobre o Protocolo contra o Feminicídio:

<https://youtu.be/Vyp9Ifuzduw>



# MAGISTRADA INTEGRANTE DA CEVID/TJPR PARTICIPA DO PODCAST “CONVERSA COM O MP”

No dia 03 de agosto, o Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) realizou o podcast “Conversa com o MP”, com a temática “Violência contra a mulher: atuação, dados e pandemia”, com a participação das convidadas Ana Carolina Pinto Franceschi, promotora de Justiça do MPPR, Tais de Paula Scheer, juíza de Direito do TJPR, e Emanuele Maria de Oliveira Siqueira, delegada adjunta da Delegacia da Mulher de Curitiba.

A Dra. Tais de Paula Scheer, magistrada integrante da CEVID, discorreu sobre o papel da sociedade perante a violência doméstica e familiar e a importância da escuta ativa às vítimas. Salientou que nenhuma dificuldade de relacionamento autoriza a violência física ou psicológica e, por isso, é fundamental que as testemunhas, vizinhos, parentes e amigos prestem apoio à mulher em situação de violência, acompanhando-a para realizar a denúncia e auxiliando-a a romper o ciclo da violência.

Ainda, as convidadas explicaram o funcionamento dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, abordaram o fenômeno da violência em um contexto geral e também descreveram os impactos da pandemia para o agravamento do problema. Além disso, foram debatidos os avanços que a Lei

Maria da Penha trouxe para a legislação brasileira e sobre a responsabilidade de toda a sociedade em denunciar crimes de gênero.

Link de acesso ao episódio do Podcast sobre a temática “Violência contra a mulher: atuação, dados e pandemia”:

<https://open.spotify.com/episode/1rr0wDWwo0cb1nLY0uCHgL>



# INICIADO CICLO DE PALESTRAS DE COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

No dia 5 de agosto, teve início ciclo de palestras promovido em parceria entre a CEVID/TJPR, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual do TJPR e a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR), visando à conscientização de Magistrados/as, servidores/as, estagiários/as e colaboradores/as sobre a temática do assédio moral e sexual.

A ação está alinhada aos seguintes princípios norteadores da atual gestão: a valorização do ser humano, a ampliação da capacitação dos/as Magistrados/as e servidores e a aproximação do Poder Judiciário com a população. A iniciativa também está integrada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, principalmente o bem-estar; a igualdade de gênero; a redução das desigualdades; a justiça e instituições eficazes; e parcerias e meios de implementação.

Este primeiro evento teve como tema: “Assédio moral e sexual: aspectos jurídicos e práticos” e contou com a participação das advogadas trabalhistas Maíra Silva Marques da Fonseca e Ana Paula Pavelski, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná na Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual do TJPR.

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=YJ3ryienH18>

# CEVID/TJPR PARTICIPA DA XV JORNADA LEI MARIA DA PENHA

No dia 10 de agosto, a CEVID/TJPR participou da XV Jornada Lei Maria da Penha, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em comemoração aos 15 anos da sanção da Lei 11.340/2006.

A Jornada Lei Maria da Penha ocorre anualmente desde 2007 e, este ano, foi realizada de forma virtual, por meio da plataforma Cisco Webex, com transmissão ao vivo pelo canal do CNJ no YouTube. Os temas abordados incluíram: a violência contra a mulher sob a ótica dos homens, o papel da mídia, a evolução legislativa e o caminho da violência ao feminicídio. Um dos destaques do encontro foi a apresentação de pesquisa inédita — empreendida em parceria entre o CNJ e o Instituto Avon — acerca da eficácia das medidas protetivas de urgência para o enfrentamento da violência contra a mulher.

A XV Jornada Lei Maria da Penha propiciou importantes informações e reflexões a fim de nortear a atuação do Judiciário, como também dos demais integrantes da rede de atendimento, com vistas ao aprimoramento na prestação jurisdicional e no atendimento psicossocial na esfera da violência contra a mulher. Foram apresentados os avanços e conquistas já alcançados desde a implementação da Lei Maria da Penha, bem como metas e desafios para a efetividade na aplicação da Lei, para o mapeamento e a mensuração desses crimes e para a realização de ações que promovam a conscientização e a transformação social.

Links de acesso ao evento:

XV Jornada da Lei Maria da Penha - Manhã: <https://www.youtube.com/watch?v=RPqb64jcHMY>

XV Jornada da Lei Maria da Penha - Tarde: <https://www.youtube.com/watch?v=1xTEVqJu47M>



## REALIZADA 18ª EDIÇÃO DA SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Entre os dias 16 e 20 de agosto, ocorreu a 18ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O programa é promovido pelo CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. A campanha também abrange ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

Iniciada em março de 2015, a campanha Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres –, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) –, e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. Além de fomentar audiências e júris concentrados e a prolação de sentenças, os Tribunais de Justiça estaduais desenvolvem treinamentos, ações educativas, palestras, lançamento de políticas públicas e outras iniciativas, relacionadas ao combate e a prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Para cada Semana ocorrida, os Tribunais de Justiça dos Estados mensuram seus esforços e encaminham ao CNJ os dados quantitativos sobre os atendimentos realizados e seus respectivos processos, como também sobre as demais ações empreendidas durante o período.

No Paraná, a abertura oficial da 18ª edição da campanha foi promovida no dia 16 de agosto, durante a sessão do Órgão Especial. Na oportunidade, o Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, salientou o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná com a eficácia e a presteza de suas ações, zelando sempre pela melhoria das relações sociais e, principalmente, pela valorização do ser humano.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo TJPR por meio da Coordenadoria, como também foram exibidos vídeos institucionais produzidos pelos/as Magistrados/as integrantes da CEVID: Dr. Marcos Araujo (Vice-Coordenador da CEVID), Dra. Alessandra Pimentel, Dra. Fabiane Pieruccini, Dr. Renato Garcia, Dra. Tais de Paula Scheer e Dra. Zilda Romero, bem como pela psicóloga da CEVID Maisa Baiersdorf Schneider.

Dentre as iniciativas em nível estadual, promovidas conjuntamente com instituições e órgãos parceiros, destacam-se: o lançamento da Revista Eletrônica da CEVID; o evento “Violência e Assédio Sexual nas relações de trabalho”; o relançamento do Guia de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica e abordagem sobre a importância do mapeamento da rede de atendimento no Estado; o 1º Webinar de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica; e a apresentação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco para Magistrados/as e servidores/as do TJPR.

Além dessas ações, as Comarcas promoveram iniciativas em âmbito local, por meio de parcerias institucionais com universidades, com os Conselhos da Comunidade e outros órgãos governamentais e não governamentais, incluindo entrevistas a emissoras de rádio e televisão, Lives, distribuição de material informativo, entre outras.

Link de acesso ao evento de abertura da Semana da Paz em Casa na sessão do Órgão Especial:

<https://www.youtube.com/watch?v=52zR8bK-J3w>

## LANÇADA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/ TJPR

No dia 17 de agosto, às 15h00, foi promovido o evento virtual de lançamento da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR.

O evento contou com a participação da Dra. Fabiane Pieruccini, representando o Presidente do TJPR Des. José Laurindo de Souza Netto; do Vice-Diretor da EJUD-PR, Dr. Ruy Alves Henriques Filho; da Desª. Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID; dos/as Magistrados/as integrantes da Coordenadoria Dou-

ra Luciane do Rocio Custódio

Ludovico,

Dou-



tor Victor Martim Batschke, Dra. Zilda Romero e Doutor Augusto Gluszcak Junior; e da Des<sup>a</sup>. Rosana Amara Girardi Fachin, Coordenadora da CEVID no período entre 2011 e 2012.

A Revista Eletrônica da CEVID tem a finalidade tanto de registrar as ações da Coordenadoria ao longo do tempo, como de oferecer um espaço para que pesquisadores da área da violência doméstica e familiar e estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções. Além disso, a publicação visa possibilitar a divulgação de boas práticas e projetos de magistrados e servidores e ainda de profissionais da Rede de Enfrentamento quanto às políticas públicas por eles desenvolvidas e executadas.

A primeira edição incluiu artigos, projetos e descritivos de ações de autoria de membros, servidores/as e colaboradores/as do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Militar, das Secretarias de Educação e Esporte e da Família, Justiça e Trabalho e da Guarda Municipal de Curitiba. Também foi apresentado um breve histórico da Coordenadoria desde sua criação em 2011, bem como relato da Desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin acerca de sua atuação na CEVID. A publicação ainda contou com entrevista do Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, tratando da atuação do Judiciário Paranaense e do papel das Coordenadorias Estaduais da Mulher no enfrentamento da violência doméstica e na promoção da igualdade de gênero.

A segunda edição da Revista Eletrônica da CEVID, em comemoração aos dez anos de existência da Coordenadoria, será lançada durante a 19ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que ocorrerá entre os dias 22 e 26 de novembro.

Link de acesso à primeira edição da Revista Eletrônica da CEVID:

<https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/revista>

## PROMOVIDA 2ª ETAPA DO CICLO DE PALESTRAS SOBRE ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

No dia 17 de agosto, dando continuidade ao ciclo de palestras promovido em parceria entre a CEVID/TJPR, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do TJPR e a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR), foi realizado evento com o tema “Violência e assédio sexual nas relações de trabalho”. A ação também contou com a parceria da Polícia Militar, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público (NUPIGE/MPPR), da Defensoria Pública (NUDEM/DPEPR) e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná (CEVIGE/OABPR).

O evento incluiu palestras e debates com a participação da Dra. Fabiane Pierucini, representando o Presidente do TJPR Des<sup>o</sup>. José Laurindo de Souza Netto; da Des<sup>a</sup> Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR; da Dra. Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; da Doutora Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski, Coordenadora do Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM/Brasil e- Vice-presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB/PR; da Promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi; da Defensora Pública Livia Martins Salomão Brodbeck e Silva; do Cel. Adilson Luiz Lucas Prüsse, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná; e da Tenente-Coronel Alexandra Ramos dos Santos.

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=YXUye3aiwIU>

# RELANÇAMENTO DO GUIA DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No dia 18 de agosto, foi realizado, em parceria com a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), evento virtual de relançamento do Guia de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica

Os referidos grupos foram instituídos pela Lei Estadual 20.318/2020 e visam à conscientização de homens ofensores de violência doméstica acerca do ato cometido, bem como sobre suas atitudes e responsabilidade através da escuta, transformação dos comportamentos e autorresponsabilidade.



A CEVID/TJPR, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), elaborou um guia teórico e um guia prático para orientação acerca da criação e condução de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, lançados em setembro de 2020.

O relançamento foi realizado tendo em vista a ampliação do material para abordar orientações relativas aos atendimentos durante o período pandêmico, por meio de plataformas virtuais. Tais guias poderão ser utilizados pelas Equipes Multiprofissionais e pela Magistratura de forma conectada e complementar.

Na oportunidade, a CEVID/TJPR convidou pesquisadores e profissionais atuantes na área para tecerem considerações sobre a temática: Desembargadora do TJPR Priscilla Placha Sá, Psicólogo e Pesquisador Daniel Fauth W. Martins, a Magistrada do TJPR e integrante da CEVID Doutora Bruna Greggio, Psicóloga e Servidora da CEVID Maisa Baiersdorf Schneider, a Psicóloga e Servidora dos Juizados de Violência Doméstica e Curitiba Maria Raquel Diz Muniz com as estagiárias alunas da PUC e da FAE. Foram apresentados trabalhos desenvolvidos com respeito aos grupos reflexivos, como também abordada a importância do mapeamento e da ampliação da rede de atendimento e proteção à mulher vítima de violência no Estado, que está sendo realizado pela Coordenadoria. Através do mapeamento da rede é possível conceder uma atuação articulada e conjunta entre as instituições e serviços governamentais/não governamentais e a comunidade, objetivando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento à vítima de violência doméstica e familiar, além de um melhor encaminhamento para a efetiva solução de quaisquer questões, e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção.

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=k6lkpeVQsZU>

## CEVID/TJPR E EMAP PROMOVEM O 1º WEBINÁRIO DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No dia 19 de agosto, a CEVID/TJPR e a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) promoveram o 1º Webinar de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica

Participaram do evento a Magistrada do TJPR e integrante da CEVID, Doutora Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, assistente social e servidora no TJPR da Comarca de Ponta Grossa, Bruna W. de Miranda, a assistente social Mirian Kokott da Prefeitura de Almirante Tamandaré, o Magistrado do TJPR e Vice Coordenador da CEVID, Doutor Marcos Antônio da Cunha Araújo e o Professor Doutor Adriano Beiras da UFSC. Na oportunidade, os convidados apresentaram o trabalho que desenvolvem com respeito aos grupos reflexivos, abrangendo experiências em nível estadual, nacional e mundial. Os temas abordados incluíram questões relativas à Lei Maria da Penha, perspectiva de gênero, masculinidade e comunicação não-violenta, bem como aspectos práticos referentes à condução dos grupos em tempos de pandemia.

Link de acesso ao evento:

[https://www.youtube.com/watch?v=QQX\\_r\\_ZW3vY](https://www.youtube.com/watch?v=QQX_r_ZW3vY)

## CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTO PROMOVIDO PELO 2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE LONDRINA

No dia 19 de agosto, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, participou, juntamente com a psicanalista Gabriela Lein, do evento “15 Anos da Lei Maria da Penha: Uma Análise do Judiciário e da Psicanálise”, promovido pelo 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Londrina, com o apoio do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) de Londrina, da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Londrina e da associação Nós do Poder Rosa. O evento foi sediado pela OAB-Londrina, por meio da Comissão



da Mulher Advogada, coordenada pela advogada Jaqueline Heinzl e teve como mediadoras a advogada e coordenadora do Numape, Claudete Canezin; e a juíza do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Londrina, Dra. Márcia Guimarães.

A Desembargadora Ana Lúcia discorreu sobre a evolução na aplicação da Lei Maria da Penha e as principais alterações legislativas, bem como sobre a importância de ações educativas visando à difusão de conhecimentos e a conscientização da sociedade sobre a temática da violência contra a mulher, para que seja possível a transformação social e a redução nos índices desses crimes.

A Dra. Gabriela Lein apresentou alguns motivos, do ponto de vista da psicanálise, que levam algumas mulheres a permanecer na situação de violência, salientando a importância da estruturação psíquica e o papel materno e paterno na formação da criança, como também do espaço de fala para que a mulher consiga romper o ciclo de violência.

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=5WshDDDtM5A>

## **CEVID/TJPR E EJUD REALIZAM EVENTO DE APRESENTAÇÃO DO FORMULÁRIO DE RISCO AOS/ÀS MAGISTRADOS/AS E SERVIDORES/AS**

No dia 20 de agosto, a CEVID/TJPR, em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD), promoveu evento virtual para tratar da implementação do Formulário Nacional de Risco no Estado do Paraná.

A ação, que contou com palestras dos Magistrados Marcos Antônio da Cunha Araujo e Ariel Nicolai Cesa Dias, teve por objetivo demonstrar a importância do Formulário, instruir sobre sua utilização e discutir as dificuldades e implicações de sua implantação. Ainda, foram apresentados os resultados obtidos com o projeto piloto implementado nos municípios de Almirante Tamandaré e Foz do Iguaçu.

O evento foi transmitido pelo Youtube e também está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EJUD.

Link de acesso:

<https://www.youtube.com/watch?v=n0pOypnPdPo>

# VICE-COORDENADOR DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTO DE ENCERRAMENTO DA PAZ EM CASA PROMOVIDO PELO CONSELHO DA COMUNIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

No dia 20 de agosto, o Vice-Coordenador da CEVID, Dr. Marcos Antônio da Cunha Araujo, participou de evento promovido pelo Conselho da Comunidade da Região Metropolitana de Curitiba em alusão à Semana da Paz em Casa, para tratar do tema: “O papel do Judiciário no combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres”.

A ação foi voltada à capacitação dos agentes atuantes no atendimento à vítima (Juizes, psicólogos, profissionais atuantes em locais de abrigo, Promotores, Defensores, serventuários da Justiça, entre outros) e marcou o

encerramento da programação estabelecida pelo Conselho da Comunidade de Curitiba para a 18ª edição da campanha, que contou com eventos durante toda a semana de 16 a 20 de agosto.

Na ocasião, o Dr. Marcos Araujo ressaltou que o papel do Judiciário, além de garantir a qualidade da prestação jurisdicional, consiste em reforçar e ampliar a implementação de políticas públicas de prevenção, como também de proteção e assistência, que ultrapassam a esfera jurídica e dependem da integração de serviços de saúde, assistência psicossocial, segurança pública, entre outros. Pontuou que é esse atendimento integral e articulado que possibilita à mulher a superação da situação de violência e também a prevenção de novos crimes, daí a importância de promover o acesso das vítimas aos serviços disponíveis.

O Magistrado também apresentou algumas políticas públicas de destaque em âmbito estadual, como a Patrulha Maria da Penha, o aplicativo do pânico no APP 190-PR, o Protocolo contra o Feminicídio, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, entre outras.

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=3MIQQ13gDt4>



# SETEMBRO 2021

## CEVID/TJPR CRIA CANAL NO YOUTUBE PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS E PROJETOS

Já está disponível para acesso público o canal da CEVID/TJPR no Youtube, por meio do link:

<https://www.youtube.com/channel/UCInTCMag6boAA-e9DdqdVCA>

O canal no Youtube foi criado para veiculação de vídeos institucionais produzidos por Magistrados/as, servidores/as, estagiários/as e outros profissionais do Judiciário paranaense, atuantes na área de violência contra a mulher, a fim de divulgar ações, projetos, campanhas, cursos, entre outros conteúdos e informações relevantes acerca da matéria.

A CEVID também possui perfis no Facebook (cevid.tjpr) e Instagram (@cevidtjpr) para comunicações institucionais.

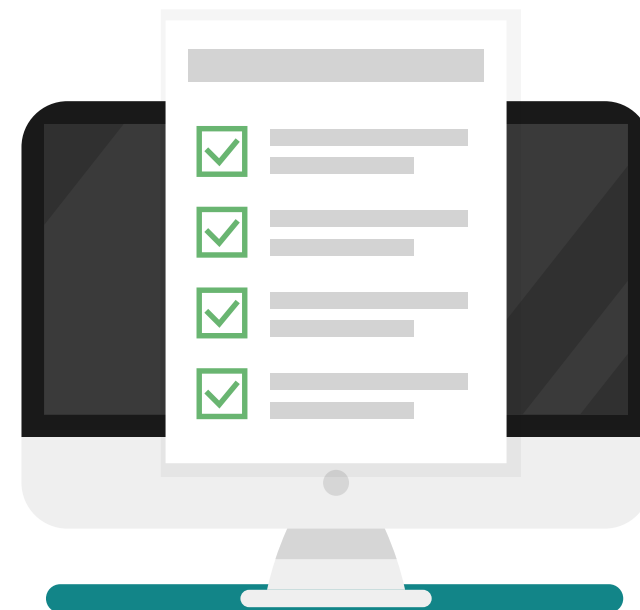
# VERSÃO ELETRÔNICA DO FORMULÁRIO DE RISCO RECEBE APRIMORAMENTOS E JÁ ESTÁ DISPONÍVEL PARA TODO O ESTADO DO PARANÁ

Desde o início de setembro de 2021, encontra-se em pleno funcionamento, em todo o Estado do Paraná, a versão eletrônica do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Após as últimas alterações realizadas no final do mês de agosto, foram concluídos os principais ajustes necessários a fim de garantir a operacionalidade da ferramenta de forma integrada entre o sistema PROJUDI e os sistemas informatizados da Polícia Civil, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

O Formulário Nacional de Avaliação de Risco foi instituído pela Lei nº 14.149/2021 e consiste em questionário a ser aplicado preferencialmente pela Polícia Civil no momento de registro da ocorrência ou, em sua impossibilidade, pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, por ocasião do primeiro atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Está estruturado em

duas seções: a primeira é objetiva e refere-se a informações sobre a vítima, o agressor e o histórico de violência; a segunda é subjetiva, devendo ser preenchida exclusivamente por profissional capacitado, e diz respeito à avaliação quanto aos riscos identificados e sugestões de encaminhamentos.

O Formulário de Risco está sendo utilizado oficialmente nas Comarcas de Almirante Tamandaré e Foz do Iguaçu desde janeiro de 2021, apresentando resultados bastante significativos com respeito à qualificação nos atendimentos. A aplicação do Formulário permitiu identificar fatores de risco que, de outro modo, poderiam ter passado despercebidos (por exemplo, a presença de armas de fogo), possibilitando uma atuação mais efetiva dos órgãos da rede de atendimento para garantia de proteção e assistência a todos os envolvidos.



A partir de maio de 2021, o Formulário de Risco foi disponibilizado para todo o Estado, embora ainda estivessem pendentes alguns testes e ajustes para seu pleno funcionamento. Agora, finalizados os principais aprimoramentos necessários, o Comitê Interinstitucional criado para garantir a efetividade na aplicação dessa ferramenta no Paraná promoverá medidas para fomentar a utilização do Formulário de Risco em todo o Estado, bem como visando garantir a estruturação, o aparelhamento e a capacitação dos profissionais envolvidos.

O Comitê Interinstitucional para implementação do Formulário de risco é presidido pelo Juiz Ariel Nicolai Cesa Dias e conta com representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar e da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF). Na última reunião do Comitê, realizada no dia 12 de agosto, foi discutida a organização de capacitação para os profissionais responsáveis por aplicar o Formulário (prevista para o mês de novembro), bem como a elaboração de materiais de divulgação e manual de procedimentos, sendo que estes últimos já estão na fase final de produção e serão divulgados em breve.

Também foi abordado na reunião plano de segurança que está sendo elaborado pela Polícia Militar, o qual abrangerá a produção de folders informativos com orientações para a proteção da vítima, bem como protocolo de procedimentos a serem adotados nos atendimentos aos casos de violência doméstica, com base nas informações colhidas por meio do Formulário de Risco. A medida visa garantir a efetividade nas intervenções e nos encaminhamentos, assegurando que as vítimas e eventuais dependentes recebam proteção e assistência adequadas.

## **CEVID/TJPR E SEJUF PROMOVEM AÇÕES E PARCERIAS PARA ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA MULHER**

A CEVID/TJPR e a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) estão promovendo articulações no âmbito do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, com o intuito de fomentar e viabilizar a criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.

Conforme levantamento realizado pela SEJUF em abril de 2021, atualmente, dentre os 399 municípios do Estado, apenas 84 contam com Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Diante desse cenário, a iniciativa visa fortalecer a atuação das redes locais de atendimento à mulher vítima de violência, além de promover a participação e proporcionar maior representatividade a distintos segmentos sociais da população paranaense.

O Conselho Municipal é o espaço em que tanto a sociedade quanto o poder público, por meio de seus representantes, podem propor, opinar, votar, atender denúncias, fiscalizar e contribuir com a criação e melhoria das políticas

públicas. Cada conselho é estabelecido a partir de um Projeto de Lei, o qual deverá conter suas competências e representantes, entre outras informações. O número de Conselheiros ou membros titulares varia de acordo com o tipo de Conselho, mas sua composição é paritária e definida por decreto.

Já os Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres desempenham um papel fundamental no processo de formulação, monitoramento e coordenação de políticas públicas sob a ótica de gênero para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos às mulheres em relação aos homens, assegurando o pleno exercício da cidadania. No que se refere à esfera da violência doméstica e familiar contra a mulher, os Conselhos Municipais podem trazer importantes contribuições, tais como:

- promover a criação, ampliação e aprimoramento da rede local de atendimento à mulher em situação de violência, bem como para a atuação articulada entre os órgãos e instituições envolvidos;

- proporcionar a especialização e qualificação dos serviços voltados à proteção e à assistência à mulher em situação de violência, bem como ampliar e facilitar o acesso da comunidade a esses serviços;
- propiciar a participação popular na definição de políticas e atividades que atendam às peculiaridades de cada comunidade, considerando as distintas realidades e os múltiplos recortes sociais;
- incrementar a realização de ações pedagógicas destinadas à sensibilização e conscientização da comunidade acerca de questões relacionadas à desigualdade de gênero, aos direitos da mulher e à violência doméstica, contribuindo para a prevenção desses crimes e para a democratização do acesso à Justiça.

Dessa forma, a implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres consiste em uma importante estratégia para que os Municípios somem esforços na construção coletiva de projetos e programas que estimulem a administração pública municipal e a sociedade civil na defesa da igualdade de direitos, no enfrentamento da violência e no desenvolvimento econômico, político e social das mulheres. Por essa razão, é fundamental o engajamento da comunidade e do poder público para que mais conselhos sejam mobilizados e constituídos.

# **CEVID/TJPR ESTÁ EM TRATATIVAS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO VISANDO À CONSCIENTIZAÇÃO E SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, POR MEIO DE AÇÕES DESTINADAS A POTENCIALIZAR AÇÕES DE EMPREGABILIDADE DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

O TJPR/CEVID está em tratativas com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Estado do Paraná, a Defensoria Pública do Estado do Paraná e o

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com vistas à celebração de convênio voltado a ações integradas de enfrentamento da violência contra a mulher e da violência no trabalho, através da conscientização e superação da violência de gênero e suas interseccionalidades, por meio de ações destinadas a potencializar ações de empregabilidade de mulheres em situação de vulnerabilidade.

A cooperação pretendida tem como objetivo a realização conjunta de atividades para a formação de uma rede de pessoas e instituições voltada à conscientização e superação da violência de gênero e raça e diversidade. As iniciativas previstas incluem: a implementação de políticas públicas de promoção dos direitos da mulher; o intercâmbio de conhecimentos técnicos e jurídicos para incorporação da perspectiva de gênero, raça e diversidade no âmbito das respectivas instituições, incluindo a adoção de políticas interna corporis de combate à violência de gênero; a realização de eventos de capacitação para membros, servidores, estagiários de todas as instituições envolvidas; e a conjugação de esforços em prol da construção de programas empresariais de vigilância em favor de um ambiente de trabalho saudável, que não permita a banalização de atos de violência no trabalho, responda a situações de discriminação por motivo de gênero, raça e diversidade e apoie trabalhadoras vítimas de violência doméstica.

O convênio a ser celebrado entre o TJPR, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e a Defensoria Pública visa reforçar, ampliar e qualificar a atuação institucional na implementação de programas e ações eficazes de combate a todas as formas de violência, discriminação e violações de direitos, como também para proteção e assistência às mulheres em situação de violência. Ainda, promoverá iniciativas que contribuirão para a autonomia e o empoderamento dessas mulheres, favorecendo a superação da condição de vulnerabilidade, bem como para o desenvolvimento profissional e pessoal de todos os envolvidos.

